

# Certificação Executiva em Finanças Cooperativistas

CERTICOOP + SESCOOP / RJ

## EMENTAS DOS ASSUNTOS DE PROVA | 2022.1

### 1. MATEMÁTICA FINANCEIRA

- Juro Simples e Compostos
- Séries de Pagamento
- Taxas de Juros
- Sistemas de Amortização
- Avaliação de Fluxos de Caixa
- VPL e TIR

Referências Bibliográficas:

HAZZAN, Samuel, Matemática Financeira, Editora Saraiva, São Paulo, 3a Edição, 2018

GITMAN, Lawrence, Princípios de Administração Financeira, Pearson Editora, São Paulo, 6a Edição, 2017.

FORTUNA, Eduardo, Mercado Financeiro: Produtos e Serviços, Rio de Janeiro: Qualitymark, 22a edição, 2020;

CVM, Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 4a edição, 2019;

### 2. GESTÃO DE CUSTOS, PREÇOS E CAPITAL DE GIRO

- O que é valor?
- Sistemas de Custeio
- Formação de Preço
- Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio
- Capital de Giro
- Orçamento de Caixa

Referências Bibliográficas:

ASSAF, A. N.; SILVA, C. A. T. Administração do capital de giro. 4a Edição. São Paulo: Atlas, 2012

ASSAF, A. N.; LIMA, F. G. Fundamentos de administração financeira. 2a Edição. São Paulo: Atlas, 2014

### 3. GESTÃO FINANCEIRA APLICADA À COOPERATIVAS

- Contabilidade: Balanço Patrimonial e Demonstração e Resultado do Exercício

- Análise de Demonstrações: Rentabilidades, Margens, Liquidez, Prazos e Ciclos, Cobertura de Juros, Alavancagem
- Modelos de Custo de Capital: Introdução, Modelos CAPM, Custo de Dívida, Modelo Ponderado

#### Referências Bibliográficas:

ROSS, Stephen A. et al. Administração financeira. AMGH Editora, 2015.

SILVA, Lorena Mikaelly Zica. Contabilidade financeira e cooperativas de créditos um estudo de caso realizado nos sistemas de cooperativas de crédito SICOOB, SICREDI e o retorno ao cooperado nos anos de 2016, 2017 e 2018. 2019. Tese de Doutorado.;

SILVA, Tatiana C. A necessidade das demonstrações contábeis nas sociedades cooperativas, 2017.

#### 4. CONTABILIDADE COOPERATIVA

- Conceitos Básicos de Contabilidade Cooperativa: Aspectos Gerais e Especificidades Contábeis de Sociedades Cooperativas
- Escrituração Contábil em Sociedades Cooperativas: Demonstrações Contábeis, Agências Reguladoras, Conselho Fiscal
- Capital Social: Fundos/Reservas, Investimentos, Ajustes, Saldos
- Análise de Relatórios Gerenciais, Balanço Social e Auditorias

#### Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016.*

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Solução de Consulta RFB 124, de 27 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. Parecer Normativo CST nº 06, de 26 de janeiro de 1979.

\_\_\_\_\_. Circular Bacen nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987.

\_\_\_\_\_. CPC nº 26, de 15 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa ANS nº 20, de 03 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa ANS nº 47, de 05 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. Súmula ANS nº 18, de 21 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa SRF nº 41, de 22 de abril de 1998.

\_\_\_\_\_. ITG 2.000, de 12 de dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_. ITG 2004, de 28 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_. COSIF - Manual de normas do sistema financeiro, Banco Central do Brasil. 2019.

\_\_\_\_\_. NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, de 22 de março de 2011.

\_\_\_\_\_. NB TG 01 (R4), de 22 de dezembro de 2017.

- \_\_\_\_\_ . NBC TG 18 (R3), de 22 de dezembro de 2017.
- \_\_\_\_\_ . NBC TG 19 (R2), de 06 de novembro de 2015.
- \_\_\_\_\_ . NBC TG 23 (R2), de 22 de dezembro de 2017.
- \_\_\_\_\_ . NBC TG 26 (R5), de 22 de dezembro de 2017.
- \_\_\_\_\_ . NBC TG 27 (R4), de 22 de dezembro de 2017.
- \_\_\_\_\_ . NBC TG 1000 (R1), de 01 de novembro de 2016.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 986, de 21 de novembro de 2003.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.185, de 28 de agosto de 2009.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.212, de 27 de novembro de 2009.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC Nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.273, de 22 de janeiro de 2010.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.292, de 20 de agosto de 2010.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.324, de 18 de fevereiro de 2011.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.374, de 08 de dezembro de 2011.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CFC nº 1.376, de 08 de dezembro de 2011.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CNC nº 18, de 13 de dezembro de 1978.
- \_\_\_\_\_ . Resolução CNC nº 29, de 13 de fevereiro de 1986.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 050, de 23 de novembro de 2012.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 209, de 22 de dezembro de 2009.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 227, de 19 de agosto de 2010.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 290, de 27 de fevereiro de 2012.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 313, de 22 de novembro de 2012.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 392, de 9 de dezembro de 2015.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANS nº 393, de 9 de dezembro de 2015.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa nº ANS 418, de 26 de dezembro de 2016.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa nº ANS 419, de 26 de dezembro de 2016.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa nº ANS 427, de 25 de setembro de 2017.
- \_\_\_\_\_ . Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010.
- \_\_\_\_\_ . Resolução OCB nº 05, de 15 de abril de 2002.

## **5. GOVERNANÇA, COMPLIANCE E RELAÇÃO COM SÓCIOS**

- Cenário atual, boas práticas e importância da governança;
  - O cenário atual é o porquê da governança
  - Jogo do mercado
  - Os reflexos da má governança e o impacto na sobrevivência da cooperativa
  - Conceitos, princípios e melhores práticas de governança
  - Os fatores que impactam na governança das cooperativas
  - Como superar os desafios e evoluir na governança
- Os desafios da cooperativa na governança;
  - Modelo de gestão da cooperativa de nova geração
  - Planejamento sucessório
  - Gestão da mudança e centralização de poder
  - Transição de poder e retenção de talentos
  - Qualificação de sucessores
  - Transição, relevo e o papel da organização
  - Comunicação e transparência
- Estrutura e aspectos jurídicos da governança;
  - Legislação e Direitos Fundamentais
  - Modelos de Estatutos e Contratos Sociais
  - Assembleias e reuniões

- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Conselhos Consultivos
- Instrumentos e boas práticas de apoio à governança
  - Fatores Determinantes das Boas Práticas de Governança
  - Práticas de auditoria interna, Gestão de riscos e *Compliance*
  - Relação com cooperados
  - Planejamento estratégico, orçamento e controladoria
  - Instrumentos e apoio
  - Sustentabilidade e responsabilidade social
  - Qualidade das informações financeiras, legais e tributárias
  - Cenário de Mudanças

#### Referências Bibliográficas:

BIALOSKORSKI NETO, S; GIRÃO M. F. B; REZENDE, A. J. Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. BBR – Brazilian Business Review, v. 9, n. 2, 2012, p. 72-92

BLOK, M. Compliance e Governança corporativa. Ed. Freitas Bastos. 3 ed. Rio de Janeiro. 2020, 394 p.

BOESCHE, L.; MAFIOLETTI, R. L. Evolução e indicadores do cooperativismo brasileiro e paranaense. Curitiba: SISTEMA OCEPAR. 2005.

COOK, M. L. The future of US agricultural cooperatives: a neo-institucional approach. American Journal of Agricultural Economics, v. 77, pp. 1153-1159, 1995.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Guia de Orientação para Planejamento de Sucessão, Avaliação e Remuneração de Conselho de Administração e Diretor-Presidente. 1 ed. São Paulo, 2011 (Série Cadernos de Governança Corporativa, 10) 70 p.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5 ed. São Paulo, 2015.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Governança Corporativa e Boas Práticas de Comunicação. 1 ed. São Paulo, 2017 (Série Cadernos de Governança Corporativa, 16) 56p.

IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Métricas de Governança Corporativa Empresas de Capital Fechado. 1 ed. São Paulo, 2019.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. Cadernos de Economia – Curso de Ciências Econômicas – Unochapecó. Ano 11, n 20. Jan./jun. 2007.

JENSEN, Michel. Value maximization, stakeholder theory and corporate objective function. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 14. N. 3, 2001.

OCB. Compêndio de Boas Práticas de Gestão e Governança: Ciclo 2013/2014. 208 p.

OECD. Guidelines for multinational enterprises: annual report 2001. Global instruments for corporate responsibility. Paris: OECD, 2001.

OLIVEIRA, D. de P. R. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, S. M. C. F. Gestão de Cooperativa: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – Faculdade de

Ciências Contábeis. Fundação Visconde de Cairu. 2006. Disponível em <http://www.polisystem.com.br/oceb/gestao.pdf> Acesso em: 24/08/2020.

ROSSETTI, J. P. ANDRADE, A. Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. Ed. Atlas. 7 ed. São Paulo, 2014.

SILVA, G. L. R., Lopes, I. S. Comunicação organizacional em cooperativas de crédito: análise das centrais e cooperativas SICOOB em Minas Gerais. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 5, n. 9, 2018 pg. 113 -

WARD, John L. Creating Effective Boards for Private Enterprises: Meeting the Challenges of Continuity and Competition. 1 ed. Jossey-Bass, 1991.

WARD, John L. KELLOGG INSIGHT. Como uma empresa familiar pode capitalizar sobre sua própria cultura, 2016. <https://insight.kellogg.northwestern.edu/pt/article/how-a-family-business-can-capitalize-on-its-unique-culture>. Kellogg School of Management at Northwestern University. Acessado em 27 de Agosto de 2020

## 6. GESTÃO DE PASSIVOS E INVESTIMENTOS

- Introdução: As principais decisões em finanças corporativas.
- Orçamento de Capital: Projeção do fluxo de caixa; Payback, TIR e VPL.
- Risco & Retorno: O que é risco em finanças; Como mensurar o risco; Como reduzir o risco.
- Custo de Capital: CAPM e o custo do capital próprio; Rating e o custo das dívidas; Custo médio ponderado de capital.
- Estrutura de Capital: Instrumentos para financiamento de empresas; Prós e contras do endividamento; Estrutura ótima de capital; Teorias sobre estrutura de capital.

Referências Bibliográficas:

DAMODARAN, Aswath. Avaliação de Empresas. Rio de Janeiro: Pearson, 2007.  
DAMODARAN. Aswath. Finanças Corporativas: Teoria e Prática. Bookman, 2002.

## 7. GESTÃO DE CRÉDITO, COBRANÇA E RISCO

- Análise de crédito - pessoas físicas e análise de crédito - pessoas jurídicas (Resolução 4.557 do Bacen)
- Análise das informações dos sócios
- Análise dos principais indicadores financeiros com ênfase em crédito
- Avaliação da qualidade de gestão da empresa
- Garantias – pessoais, reais e margens financeiras de garantias
- Classificação do risco de crédito: Behavior score e credit score
- Históricos de crédito
- Efeitos da elasticidade - preço sobre a política de crédito
- Estrutura básica e políticas de cobrança: Normas e procedimentos
- Aspectos da legislação e Nova Lei de Falências

Referências Bibliográficas:

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de Crédito. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.  
SILVA, José Pereira. Gestão e Análise de Crédito. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

## 8. MERCADOS E PRODUTOS FINANCEIROS

- Sistema Financeiro Nacional: Órgãos de regulação e autorregulação, Instituições Financeiras e demais participantes
- Ética, regulamentação e análise do perfil do investidor 2.0: Prevenção a Lavagem de dinheiro, Ética na venda e análise do perfil do investidor, Noções de Economia e Finanças
- Princípios de Investimentos: Princípios de análise de investimentos, Finanças Pessoais e adequação de investimentos
- Fundos de Investimentos: Definições Legais, Administração do fundo, Comunicação com os cotistas, Precificação de cotas, Políticas de Investimentos, Despesas e tributação, Código de Regulação e melhores práticas para administração de Recursos de Terceiros
- Instrumentos de Renda Variável e Renda Fixa: Renda Fixa, Renda Variável, Código de Regulação para distribuição de produtos de investimento
- Previdência Complementar aberta: A previdência Social, Características do Produto, Tributação, VGBL x PGBL

### Referências Bibliográficas:

FORTUNA, Eduardo, Mercado Financeiro: Produtos e Serviços, Rio de Janeiro: Qualitymark, 22a edição, 2020;  
CVM, Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 4a edição, 2019;